

EXPRESSAR A FÉ, MANIFESTAR A ESPERANÇA E SONHAR COM A JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DO SALMO 119,1-8

*Leonardo Agostini Fernandes**

Resumo

O ser humano, em qualquer época e lugar, busca não apenas se posicionar diante da realidade, mas superar as várias situações de morte às quais se vê continuamente exposto no dia a dia da sua existência. Viver com fé, nesse sentido, não é uma fuga e não é uma atitude ingênua, mas é um modo de se posicionar, com a esperança de que as estruturas promotoras de injustiças não terão a última palavra. O fiel, que acredita em Deus, espera que a sua justiça prevaleça, mas não faz disso um motivo para escapar da realidade. Pelo contrário, se compromete com a sua formação, desejoso de trilhar o caminho do bem, da justiça e da verdade, pois a última palavra de Deus acontece através do conhecimento e do comportamento de cada fiel no mundo. Esta experiência pode ser percebida no Salmo 119,1-8.

Palavras-chave: *Bíblia. Fé. Justiça. Verdade. Salmo.*

Abstract

The human being, at any time and place, not only seeks facing the reality, but to overcome various death situations in which he finds himself continually exposed to in day-to-day existence. To live with faith, in this sense, is neither an escape nor a naive attitude, but it is a way to position themselves with the hope that the promoter structures of injustice will not have the final word. The believer, who believes in God, hopes that his justice prevails, but he does not make use of it to escape from reality. On the contrary, he commits himself with his education, willing to tread the path of goodness, justice and truth, because God's last word is heard through knowledge and behavior of every believer in the world. This experience can be seen in the Psalm 119,1-8.

Keywords: *Bible. Faith. Justice. Truth. Psalm.*

* Doutor em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma), diretor e professor de Sagrada Escritura na PUC-Rio, sócio da ABI, da ABIB, da SOTER, e membro do grupo de Pesquisa da CNPq – As Dimensões Proféticas da Religião do Antigo Israel (DIPRAI), e-mail: laf2007@puc-rio.br

Introdução

A Torá é o conteúdo e o tema central do Sl 119, que apresenta certas particularidades em relação ao bloco precedente: Salmos do Hallel (Sl 113–118); bem como em relação com o bloco subsequente: Salmos das ascensões (Sl 120–134). Quanto ao primeiro, percebe-se a ligação com a Páscoa judaica, festa que celebra a libertação do Egito (cf. Ex 12,15-20.21-28; 13,9.43-51). Quanto ao segundo, percebe-se o motivo que impelia um pio judeu a peregrinar, isto é, a ir ao encontro do seu Deus libertador, a fim de poder experimentar, sempre de novo, as maravilhas da salvação operada em favor de todo o seu povo. A ação de Deus era motivo de esperança, porque nela se contemplava o sinal da sua presença e da sua justiça no mundo¹.

Existe uma lógica no percurso desses Salmos². Na dinâmica do Pentateuco, segundo a sua forma final e canônica, a saída do Egito foi precedida pela celebração da Páscoa; o dom do Decálogo no Sinai foi precedido pela primeira etapa da marcha pelo deserto; e a entrada na terra prometida foi precedida pelos quarenta anos do deserto. Essa sequência encontra uma correspondência nos Salmos do Hallel, que são cantados na festa da Páscoa, comemorando o êxodo; no Sl 119, que evoca o dom do Decálogo, comemorando a aliança estabelecida no Sinai; e nos Salmos das ascensões, cujo centro é Jerusalém, evocando a marcha pelo deserto em forma de peregrinação rumo à terra prometida.

Quem não podia peregrinar a Sião, por ocasião de uma das festas litúrgicas³, substituíu o sacrifício a ser oferecido no templo de Jerusalém, pela recitação, seguida de meditação, deste Salmo na assembleia sinagoga. É possível admitir uma ligação temática e teológica entre o Sl 119 e o Sl 1, cujo aspecto particular é a teologia da história, pelo viés da sabedoria que ela contém e é portadora para um fiel que fez da Torá a razão da própria vida⁴.

O Salmo 119 é um acróstico (também os Salmos 111–112) e conta com 176 versículos distribuídos em 22 partes, contendo oito versículos cada uma, organizado de acordo com as letras do alfabeto hebraico, apresentando a Torá através

1. Cf. T. LORENZIN, *I Salmi. Nuova versione, introduzione e commento*. Milano: Paoline, 2001, p. 462.

2. O Sl 118 encontra-se entre o menor e o maior Salmo do Saltério. No Sl 117, todas as nações e todos os povos são convocados para louvar e aclamar o Senhor (v. 1) e, a seguir, são apresentadas as razões para os imperativos: porque a lealdade do Senhor é grande e a sua fidelidade é para sempre (v. 2). O louvor e a aclamação do Sl 117 encontram o seu respectivo espaço, desenvolvimento litúrgico e regras no Sl 118, a fim de que a identidade do Senhor, leal e fiel, motivem a vida do orante do Sl 119.

3. O fiel, levando seus dons, deveria peregrinar a Jerusalém três vezes no ano por ocasião das festas: Páscoa, Primícias e Tendias (cf. Dt 16,16-17).

4. Cf. F. GARCÍA LOPEZ, “tôrâ”. In: G.J. BOTTERWECK – H. RINGGREN, *Theologisches Wörterbuch zum Alten Testament* (vol. VIII). Stuttgart: Verlag W. Kohlhammer, 1995, p. 618; E. ZENGER, *I Salmi*. Brescia: Paideia, 2011, p. 39-43.

de vários termos afins⁵. Os v. 1-8 correspondem à primeira letra Alef. No que diz respeito à forma, Lm 3 pode ser considerado um texto paralelo, pois contém 22 estrofes de três linhas cada. Cada versículo começa sempre com a mesma letra. Este rigor é uma arte que resulta da obstinação teológica, da elaboração estilística e linguística do autor deste Salmo, que não serão percebidas nas traduções, visto que muitos elementos da poética se perdem.

Cada parte, por oito vezes, contém termos sinônimos que se repetem e evocam a centralidade devocional do judeu piedoso: a Torá, que é lei e instrução⁶. Seguir o alfabeto e repetir alguns termos serviu para auxiliar na memorização⁷. A riqueza da Torá é tão grande que não se consegue dizê-la com uma única palavra, pois ela personifica a vontade do Senhor. Por isso, em cada repetição, pode-se colher novos aspectos da Torá.

A confirmação da centralidade da Torá, no Salmo 119, advém do uso marcante do vocabulário a ela relacionado. Apesar disso, o caráter sapiencial é mais forte que o legislativo⁸. Não se trata de uma mera devoção à lei, mas, principalmente, à sabedoria, porque ela é capaz de revelar em que consiste a felicidade, gerada na vida de quem obedece ao Senhor. Eclo 51,23 evoca o papel da “casa da instrução” como local para se aprender a sabedoria pela escuta da palavra e da oração que proporcionam a reta conduta. A Torá, pedagogo para a vida, é o meio pelo qual o Senhor se relaciona com o fiel e vice-versa. As palavras humanas dirigidas ao Senhor revestem a sua Palavra. Por isso, o seu estudo expressa a fé, a esperança e as motivações para se viver a cada dia em comunhão com o Senhor. Esdras figura como um exemplo de quem se empenhou por conhecer, viver e ensinar a Torá do Senhor (cf. Esd 7,10; Nm 9,3).

Para o orante, são “felizes” os que buscam viver na “integridade” (v. 1) e não aceitam o que possa fazer surgir a “desigualdade” (v. 3). Estas atitudes deri-

5. Cf. J. BORTOLII, *Conhecer e Rezar os Salmos. Comentário popular para nossos dias*. São Paulo: Paulus, 2000, p. 498.

6. O termo Torá, em hebraico, significa “instrução” ou “lei”. Neste sentido, pode designar: a) uma lei ou uma prescrição isolada e concreta (cf. Lv 6,2.7.8; 7,1; Nm 6,13); b) uma coleção mais extensa de prescrições legislativas (cf. Lv 11,46; 26,46); c) pode ter um sentido mais complexo e mais teológico, como o livro da Lei ou da Aliança (cf. 2Rs 22,8.11; 23,2.21). Torá designa, também, o livro que contém as *palavras que Moisés dirigiu a todo o Israel* (Dt 1,5), recordando as façanhas realizadas pelo Senhor a favor do antigo Israel. A Torá, então, pode ser compreendida como a história da salvação-libertação do povo eleito por Deus. Para um aprofundamento sobre o termo: F. GARCÍA LOPEZ, “tôrâ” (1995), p. 597-638.

7. Cf. G. RAVASI, *Il Libro dei Salmi. Commento e attualizzazioni*. Bologna: EDB, 1984, p. 447.

8. Contrário a esse parecer, L. ALONSO SCHÖKEL – C. CARNITI, *Salmos II* (Salmos 73-150). São Paulo: Paulus, 1998, p. 1434. Não há como se falar da influência da sabedoria e dos sábios do antigo Israel sobre as reflexões contidas neste Salmo. A Torá, entretanto, é apresentada como fonte e ensinamento de sabedoria. Eclo 24,23[32] conclui que a sabedoria está contida no livro da Aliança que é a Torá que Moisés promulgou para as assembleias de Jacó. Esta afirmação está conforme Dt 33,4.

vam da ação e do projeto jurídico do Senhor, cuja base se encontra no evento e na experiência da libertação que deriva do êxodo do Egito (v. 2). Neste sentido, assumir a “integridade” como um caminho é, sem dúvida, uma opção que exige do orante a observância dos preceitos divinos (v. 4). Por essa razão é que o orante suplica ao Senhor, pedindo estabilidade no caminho, aprendendo a “observar” os juízos da justiça divina (v. 5-8).

Este Salmo, como um todo, é uma oração, pela qual o orante suplica ao Senhor que reforce e ensine o caminho segundo a sua Torá. Não se encontra alguma forma de diálogo entre o orante e o Senhor. Nota-se, porém, uma alternância entre a conduta humana como consequência da ação do Senhor e a conduta do Senhor como consequência da ação humana. Não há condicionamentos em nenhuma delas, mas interação entre a vontade divina e a vontade humana⁹. É também uma longa instrução sobre a Torá, que condensa, por um lado, a palavra do Senhor e, por outro lado, a resposta que o ser humano é chamado a dar, a fim de experimentar a verdadeira liberdade.

O Senhor ouviu o clamor do seu povo no Egito, veio ao seu encontro para libertá-lo da morte e concedeu aos libertos, pelas mãos de Moisés, a Torá como uma forma de caminhar com retidão e justiça. Obedecer a esta Torá é manifestar reconhecimento e amor pela salvação. A Torá exige atenção, aprendizado, conhecimento, adesão incondicional por cada lei, testemunho, preceito, decreto, mandamento, juízo para que o amor ao Senhor e ao próximo se desenvolva seja a fonte do amor a si próprio¹⁰. Esta realidade é traduzida no Sl 119, pelo qual o orante passa da proclamação da Torá à profissão de fé que traduz o seu conhecimento em comportamento condizente com a vontade do Senhor.

1. Tradução

- [1a] Felizes os íntegros de caminho,
- [1b] os que caminham na Torá do Senhor.
- [2a] Felizes os que guardam os testemunhos dele,
- [2b] com todo o coração o investigam.
- [3a] Assim, não operam iniquidade;
- [3b] Nos caminhos dele andaram.
- [4a] Tu ordenaste teus preceitos,
- [4b] para serem muito observados.

9. Não há como provar a influência dos sábios do antigo Israel sobre as reflexões contidas neste Salmo. A Torá, entretanto, é apresentada como fonte e ensinamento de sabedoria. Eclo 24,23[32] conclui que a sabedoria está contida no livro da Aliança que é a Torá que Moisés promulgou para as assembleias de Jacó. Esta afirmação está conforme Dt 33,4. Contrário a esse parecer, L. ALONSO SCHÖKEL – C. CARNITI, *Salmos II*, p. 1435-1436.

10. O Sl 19,8-15 também reúne os mesmos vocábulos que estão em paralelo com o termo Torá.

- [5a] Oxalá, que sejam estáveis meus caminhos,
 [5b] para observar teus decretos.
 [6a] Então, não me envergonharei,
 [6b] ao contemplar todos os teus mandamentos.
 [7a] Te confessarei na retidão do coração,
 [7b] ao aprender os juízos da tua justiça.
 [8a] Teus decretos observo!
 [8b] Não me abandones jamais!

2. Estrutura

O Sl 119,1-8, apesar de não possuir marcas ou sinais delimitadores, pode ser dividido em duas partes que se correspondem, simetricamente, em: A – B – A' – B'.

As partes A – A' são iniciadas por uma partícula de interjeição. O substantivo “caminho” e o verbo “caminhar” emolduram a parte A. Na parte A', os segmentos nos versos “a” estão marcados pela 1ª pessoa comum singular e os segmentos nos versos “b” estão marcados pela 2ª pessoa masculino singular.

As partes B – B' são iniciadas, respectivamente, pelo pronome de 2ª pessoa do masculino singular e por um substantivo com sufixo de 2ª pessoa do masculino singular.

A: o que fazem os íntegros (vv. 1-3)		A': o que deseja fazer o orante (vv. 5-7)	
Felizes os íntegros de caminho,	1a	5a	Oxalá, sejam estáveis meus caminhos,
os que caminham na Torá do Senhor.	1b	5b	Para observar teus decretos.
Felizes os que guardam os testemunhos dele,	2a	6a	Então, não me envergonharei,
com todo o coração o investigam.	2b	6b	ao contemplar todos os teus preceitos.
Assim, não operam iniquidade;	3a	7a	Te confessarei na retidão do coração,
nos caminhos dele caminham.	3b	7b	ao aprender os juízos da tua justiça.
B: os decretos do Senhor (v. 4)		B': os decretos do Senhor (v. 8)	
Tu ordenaste teus preceitos	4a	8a	Teus decretos observo;
para ser muito observados.	4b	8b	não me abandones jamais

A fala é, somente, do orante que tem os olhos voltados para os íntegros e para o Senhor. É clara a noção de causa e efeito, um substrato da noção de retribuição no antigo Israel.

Na primeira parte (A: v. 1-3), na referência em 3ª pessoa, o orante declara “felizes” duas vezes: os que são íntegros de caminho e os que guardam os testemunhos do Senhor. A felicidade, porém, não está associada a uma causa, como era de se esperar: porque “caminham na lei do Senhor” e porque “investigam, de todo o coração”, mas a uma explicitação: os “íntegros de caminho” são “os que caminham na Torá do Senhor”. A felicidade, assim, não resulta como consequência, mas é fruto do uso da liberdade das escolhas. Os que agem assim não conhecem desvio no seu caminho e, por isso, não cometem iniquidade, pois cometer iniquidade é sair do reto caminho. O anúncio inicial dá o tom para o restante de todo o Salmo.

No final (B: v. 4), o orante declara que os preceitos do Senhor foram dados para serem cumpridos. Deste momento em diante, ele se dirige ao Senhor e passa a usar a 2ª pessoa do singular, que domina o restante do Salmo. Ao lado do “tu” que se refere ao Senhor, o orante se inclui: “meus caminhos” (v. 5a), “me envergonharei” (v. 6a), “confessarei” (v. 7a), “observo” (v. 8a), “não me abandones” (v. 8b).

Na segunda parte (A': v. 5-7), como consequência da sua declaração, mas sem afirmar que está no mesmo patamar, o orante retoma o que dissera dos íntegros, expressando o desejo de que aconteça a mesma coisa com ele. O orante ao encontrar pessoas íntegras sente-se estimulado a fazer o mesmo. Isto se confirma por dois termos que se repetem: “caminho” e “coração”. A ligação, entre o que o orante diz do Senhor e o que diz de si mesmo, acontece pela repetição da finalidade: “para observar teus decretos”.

No final (B': v. 8), essa ligação é retomada com uma afirmação – “teus decretos observo” – e o orante completa o seu desejo, suplicando para que o Senhor não o abandone. No fundo, o orante quer fazer parte do grupo que ele considera “felizes”, pois acredita que o Senhor não os abandona. Ao guardar as ordens do Senhor, o orante deseja ser guardado por elas, a exemplo dos íntegros.

Vários termos deste Salmo encontram-se no relato da conclusão da aliança que Josias renovou com todo o povo em 2Rs 23,2.

O que concede integridade de caminho, isto é, conduta moral, é caminhar na lei do Senhor. Para isso, é preciso conhecer e investigar os feitos do Senhor. O resultado é a prática da justiça e não da iniquidade. Assim como o Senhor é fazedor da justiça, quem caminha em sua lei, guarda seus testemunhos e a eles se aplica com diligência, aprende a fazer o bem. Os íntegros, então, tornam-se modelos de conduta reta, porque o conhecimento determina o comportamento.

Comentário

v. 1: *Felizes os íntegros de caminho, os que caminham na Torá do Senhor*¹¹.

Ao sair do Egito, o povo liberto que entrou no deserto, lugar onde a vida estava em constante risco de morte, experimentou que o Senhor, além de libertar, era o único capaz de garantir a sua vida e existência. A marcha e estadia no deserto, durante quarenta anos, não foi, somente, uma etapa importante na vida do antigo Israel, mas tornou-se um tempo privilegiado e pedagógico, para que ele, além de experimentar a presença operosa, justa e amorosa do Senhor, experimentasse o que significava caminhar com o seu Deus libertador e resgatador, para continuar livre.

Esse período pode ser comparado a um longo processo formativo, pelo qual o povo devia tomar consciência da sua identidade e da sua missão, recebendo leis justas e aprendendo a tomar justas decisões. O conhecimento do Senhor e dos seus planos, sintetizados no Decálogo, serviram para imprimir um caráter particular no povo liberto, a fim de torná-lo o povo da aliança, destinado a habitar a terra que, sob juramento, o Senhor prometera aos pais, Abraão, Isaac e Jacó (cf. Gn 54,24; Ex 33,1; Js 1,6).

Por um lado, então, na cadeia construída – “felizes os íntegros de caminho” –, afirma-se que não existe divisão ou separação entre o modo de ser e de agir, entre conhecimento e comportamento. Por outro lado, a integridade pode ser vista como sinônimo de santidade. A conduta é íntegra porque a pessoa é íntegra. O que torna uma pessoa íntegra de caminho é caminhar na Torá do Senhor. Contudo, não basta simplesmente agir segundo a Torá. É preciso pautar a própria vida no precioso dom recebido no Sinai, durante o período do deserto, e que tornou os libertos do Egito uma propriedade particular do Senhor (cf. Ex 19,5). A Torá, que vem do Senhor e que expressa a sua identidade e o seu modo de agir a favor do seu povo, é mais do que um estilo de vida a ser assumido, é um compromisso com a liberdade recuperada, a fim de que nenhum membro do povo se deixe escravizar de novo.

Assim, ao declarar “felizes os íntegros de caminho, os que caminham na Torá do Senhor”, o orante podia ter presente todo o processo formativo que aconteceu ao longo do período do deserto. Em particular, porém, evocava a centrali-

11. A LXX e Vg iniciam este Salmo com *Aleluia*. Com isso, criam um vínculo ainda maior com o bloco dos Salmos do Hallel (Sl 113–118). “São felizes os íntegros de caminho” seria outra possível tradução, mas esta se tornaria uma afirmação categórica. A opção por – “Felizes os íntegros de caminho” – não soa como uma afirmação, mas como constatação, incluindo também uma certeza, pois nem sempre quem é íntegro de caminho é feliz, no sentido de não ter problemas, dores ou sofrimentos.

dade da Torá em Lv 19,2: “Fala a toda a comunidade dos filhos de Israel e lhes dirás: ‘sereis santos, porque eu, o Senhor vosso Deus, sou santo’”. Para ser santo é preciso ser íntegro em tudo o que se pensa, se fala e se faz.

A beatitude por colocar em prática a Palavra de Deus é um tema recorrente no Antigo Testamento. Dt 30,14: “Pois a palavra está muito próxima a ti; está na tua boca e no teu coração, para praticá-la”. Texto que foi retomado em Lc 11,28.

É justo quem observa os caminhos do Senhor e dele não se distancia, porque o seu caminho é íntegro (cf. Sl 18,22.31). O Senhor se compraz com os íntegros de caminho (cf. Pr 11,20). Por isso, para que o fiel se aproxime do Senhor é necessário caminhar na integridade, praticar a justiça e dizer a verdade com todo o coração (cf. Sl 15,1-2). Andar na integridade é a virtude do líder e é a base de suas escolhas (cf. Sl 101,2-3.6). Ezequias é citado como exemplo (cf. 2Cr 31,21).

A locução *íntegros de caminho* ocorre também em Pr 11,20 que opõe, em paralelo antitético, os que são *perversos de coração* e que são abomináveis ao Senhor aos que são *íntegros de coração* com os quais o Senhor se compraz.

A locução *Torá do Senhor* ocorre várias vezes na Bíblia hebraica. Além deste versículo e acompanhada de preposição, em 2Rs 10,31 se critica Jeú que “não observou de todo o coração a Torá do Senhor, Deus de Israel” porque não abandonou os pecados de Jeroboão. 1Cr 16,40 alude a Davi que regulamentou o culto, ao instituir Sadoc como sumo sacerdote e ao oferecer os sacrifícios conforme “tudo o que está escrito na Torá do Senhor, que está ordenado para todo o Israel”. O mesmo Davi teria orientado Salomão para que se comportasse de modo condizente com a Torá do Senhor (cf. 1Cr 22,12). Tal coisa não se deu com Roboão, criticado por abandonar a Torá do Senhor (cf. 2Cr 12,1). 2Cr 31,3-4 menciona a regulamentação de Ezequias quanto às ações cultuais e quanto à parte que era destinada aos sacerdotes e levitas, conforme o que está prescrito na Torá do Senhor. 2Cr 35,26 conclui sobre o reinado de Josias, dizendo que as suas obras de piedade foram feitas de acordo com o que está escrito na Torá do Senhor.

O Sl 1,2 afirma que o justo encontra na Torá do Senhor a sua alegria e, por isso, nela medita dia e noite. A ênfase na vida e na alegria, comunicadas pela Torá ao fiel, através de vários termos sinônimos é constante no Sl 119: v. 14.24.40.77.92.105.143.156.162.174.

Percebe-se que em cinco alusões, a locução *Torá do Senhor* está em referência ao monarca. Só as duas referências nos Salmos não aludem, diretamente, ao monarca, mas o que se diz do justo do Sl 1 e do orante do Sl 119 pode ser aplicado a qualquer pessoa, mas em particular à pessoa do rei. Jeú e Jeroboão figuram como reis ímpios, enquanto que Davi, Ezequias e Josias como reis justos, porque colocaram em prática o que diz a Torá.

v. 2: *Felizes os que guardam os testemunhos dele, com todo o coração o investigam*¹².

O termo “testemunho” (*‘ēdūt*) ocorre, pela primeira vez, em Ex 16,34 e evocava a presença do Senhor e de tudo que realizava a favor do povo liberto. Por isso, Aarão guardou o maná em um vaso e colocou diante do “testemunho”, para recordar os feitos do Senhor. A partir de Ex 16,34, o livro do Êxodo começa a mencionar a “arca do testemunho” como sinal da presença do Senhor no meio dos que marcham pelo deserto. Na arca foram colocadas as duas pedras do Decálogo (cf. Dt 10,5) e, diante dela, a vara de Aarão (cf. Nm 17,25). Neste sentido, guardar os testemunhos do Senhor diz respeito a zelar por todos os seus feitos, isto é, por tudo que o Senhor foi realizando ao longo desse período formador e que manifestava o seu ser e o seu agir, pela mediação do legislador Moisés e pelo sumo sacerdote Aarão, no meio do povo.

A locução, *guardam os testemunhos dele*, é única em toda a Bíblia hebraica. No Sl 99,7 encontra-se uma locução muito próxima: *observam os testemunhos dele*, e se refere à marcha pelo deserto, debaixo da nuvem protetora, que indicava a presença do Senhor no meio dos libertos. Este versículo acrescenta uma informação que complementa o sentido: *e o decreto deu-lhes*.

Quem busca o Senhor de todo o coração o encontra (cf. Dt 4,29; Jr 29,13). A busca pela vontade do Senhor é um tema sobre o qual insiste o salmista (cf. Sl 119,9.10.94). A locução *com todo o coração o investigam* é também única. Já a locução *com todo o coração* ou *de todo o coração* é quase exclusiva do Sl 119 (v. 2.34.58.69.145). A Torá para ser colocada em prática necessita não só ser conhecida, mas interiorizada, a fim de que as escolhas e os projetos do ser humano sejam reordenados segundo a sabedoria dos desígnios do Senhor. Há uma sequência interessante nesses versículos: Sl 119,34: “Faz-me inteligente, pois quero guardar a tua Torá e observá-la com todo o coração”; Sl 119,58: “Procuro tua face com todo o coração, agracia-me segundo a tua sentença”; Sl 119,69: “Depuseram contra mim mentira insolente; eu guardo, com todo o coração, teus preceitos”; Sl 119,145: “Clamo com todo o coração; Senhor, responde-me; teus decretos quero guardar”.

2Rs 23,3 apresenta Josias, concluindo uma aliança diante do Senhor, disposto a observar os seus mandamentos, os seus testemunhos e os seus decretos, com todo o coração e com toda a alma, colocando em prática. Com isso, concluiu, com todo o povo, uma aliança. Sf 3,14 canta a alegria e convoca a filha de Jerusalém ao júbilo, porque o Senhor manifestou a sua presença e o seu amor.

12. “Felizes os que guardam os seus testemunhos” seria outra possível tradução, mas, pela exigência do plural na concordância do pronome possessivo, se perderia a direta referência ao Senhor, presente no sufixo de 3ª masculino singular e que prossegue no verso seguinte. Ainda: “de todo o coração” seria outra possível tradução, mas a mudança da posição não contemplaria a expressão intensa do sentido.

O v. 2 pode ser visto como um paralelo ao precedente, pelo qual se poderia parafrasear: “Felizes os que guardam a sua Torá, com todo coração a investigam”. A Torá tornou-se a “arca do testemunho” que contém a vontade e todos os gestos maravilhosos e salvíficos do Senhor pelos libertos. Por isso, não basta conhecê-los, é preciso consultar e investigar para aprender a Torá com todo o coração. O que nela está contido permitiu organizar o povo dos libertos em povo sacerdotal e devotado ao Senhor.

Isso permite dizer que, onde o povo da Torá estiver, o Senhor estará, pois existe uma mútua implicação: a Torá torna “visível” o Senhor no meio do seu povo e, particularmente, nos que passaram a se dedicar à leitura assídua e ao estudo da Torá. Esdras tornou-se um exemplo e, por isso, dedicou-se na restauração da fé e do culto do antigo Israel, dando origem ao Judaísmo.

v. 3: Assim, não operam iniquidade; no caminho dele caminham¹³.

A frase, *não operam iniquidade*, só aparece neste Salmo. É mais comum, o uso com sufixo de 3ª pessoa do masculino singular, referindo-se aos feitos do Senhor (cf. Dt 32,4; Jó 36,24, Sl 111,3), ou do ser humano (cf. Jó 7,2; Pr 20,11; 21,8). A forma verbal ocorre, também, em Os 7,1 e Sf 2,3. Em Os 7,1, o Senhor, referindo-se à impenitência de Israel, reclama que quando buscava curar encontrava a prática da falsidade. Já Pr 20,11 declara que se conhece um jovem por seus feitos¹⁴. Em todas essas ocorrências, Sf 2,3 e Pr 21,8 são citações positivas em relação ao Sl 119,3.

A iniquidade pode ser tomada como um sinônimo de idolatria. Esta é a raiz e a mãe de todas as injustiças cometidas, seja na vertical, em relação ao Senhor, seja na horizontal, em relação ao próximo. O íntegro, ao contrário, porque não se desvia do caminho, é justo, exatamente porque pauta a sua vida e a sua existência na Torá, evitando cometer injustiças em relação ao Senhor e ao seu próximo.

A locução, *no caminho dele caminham*, também só aparece neste Salmo. Uma frase parecida encontra-se no Sl 128,1: “o que caminha no caminho dele”. O orante constata, após emitir e repetir a interjeição e a opção por seguir o caminho do Senhor, os resultados na vida de quem se deixa conduzir pela Torá. “Não praticar a iniquidade”, por certo, pode corresponder ao seu antônimo: praticar o bem, a justiça e a verdade, que são os frutos de quem busca ser íntegro no dia a dia segundo tudo o que está prescrito na Torá do Senhor. Neste sentido, ocorre uma

13. A LXX leu, provavelmente, um particípio no plural construto: *pōālê*. Por isso, traduziu por um particípio masculino plural: *oi ergázomenoi* (de *ergázomai*): “os que operam” ou “operadores”. O fato de *pōālê* ocorrer em vários Salmos, mas nenhuma vez no Sl 119, não é um critério suficiente para a substituição, pois, como está, possui sentido no texto hebraico.

14. “Pelos frutos se conhece a árvore” (Mt 12,33. Lc 6,44).

configuração do orante com a identidade e o agir do Senhor: “A rocha completa é o seu feito. Todos os seus caminhos são justiça. O Senhor é fidelidade e não há iniquidade. Ele é justo e reto” (Dt 32,4).

Para quem é ímpio, o caminho é tortuoso, mas quem é puro opera retamente (cf. Pr 21,8). 1Sm 8,3 é um exemplo de prática da iniquidade. Os filhos de Samuel não seguiam o caminho de seu pai e, por isso, corriam atrás do lucro e aceitavam suborno para deformar o juízo. Além desse exemplo, Isaías reconheceu que foi o Senhor quem entregou Israel ao espólio e Jacó aos predadores, porque não caminharam no seu caminho e não ouviram a sua Torá (cf. Is 5,24; 30,9; 42,24).

Segundo a narrativa bíblica, o sucessor de Moisés, Josué (cf. Js 1,7-8), o piedoso rei Josias (cf. 2Rs 22,1-2; 23,2-3 a exemplo de Dt 17,14-20) e o sacerdote-escriba Esdras (cf. Esd 7,6.10) figuram como três exímios personagens que personificam os v. 1-3 porque se dedicaram ao estudo da Torá e, nela, pautaram a sua conduta e os seus projetos.

v. 4: *Tu ordenaste teus preceitos para serem muito observados*¹⁵.

O orante, ao se dirigir ao Senhor, pela primeira vez, reconhece que Ele é a fonte de toda a Torá e, por conseguinte, o que foi dito nos v. 1-3 e o que dirá nos v. 6-8 fica em referência a essa certeza.

O sentido desse verso lembra o que o faraó dissera a José, isto é, que fosse ordenado ao seu pai e aos seus irmãos para que viessem para o Egito (cf. Gn 45,19). Jr 32,23 apresenta uma lamentação na qual o profeta se dirigiu ao Senhor, lamentando-se pelo povo que, apesar de ter herdado a terra jurada pelo Senhor aos pais, não ouviram a sua voz, não caminharam conforme a sua lei e não praticaram o que lhe fora ordenado. Por isso, a desventura os atingiu. Só Dt 24,8 traz a mesma locução (*para observar muito*), mas o contexto diz respeito ao rigor com que os portadores de lepra deveriam ser tratados. No final, Moisés insiste para que o povo siga, exatamente, a sua ordem.

Moisés, ao deixar o seu testamento, insistiu e procurou persuadir os que estavam para entrar e tomar posse da terra prometida, para que guardassem os mandamentos, seguissem os caminhos do Senhor e o temessem (cf. Dt 8,6). Se os mandamentos fossem obedecidos, se a justiça fosse praticada e se seguissem os caminhos do Senhor, cidades-refúgio seriam concedidas (cf. Dt 19,9).

Caminhar nos caminhos do Senhor, guardar os seus decretos, preceitos e juízos, e escutar a sua voz tornou-se a condição *sine qua non* para que o Senhor se declarasse Deus de Israel (cf. Dt 26,17). Com isso, se confirmava a eleição dos libertos como povo santo (cf. Dt 28,9). Por isso, Moisés ordenou que o Senhor

15. “para serem muito observados” seria outra possível tradução, mas se perderia o paralelismo com o v. 5b.

fosse amado, que seus caminhos fossem percorridos, e que fossem guardados os seus mandamentos, decretos e juízos, para que Israel vivesse, se multiplicasse e fosse abençoado na terra a ser conquistada (cf. Dt 30,16).

Davi, antes de morrer e de passar o reinado para o seu filho Salomão, fez-lhe uma exortação: “Guardarás os estatutos do Senhor, teu Deus, para caminhar no seu caminho e para guardar os seus decretos, os seus mandamentos, os seus testemunhos conforme está escrito na Torá de Moisés, a fim de que sejas próspero em tudo que fizeres e em toda direção que tomares” (1Rs 2,3). No final da história de Salomão, porém, se diz que ele não viveu segundo as exortações do seu pai (cf. 1Rs 11,1-13). É uma dura crítica ao rei que foi considerado exemplo de sabedoria pelos provérbios e sentenças que emitiu, e pela justiça que procurou praticar.

v. 5: *Oxalá, que sejam estáveis meus caminhos, para observar teus decretos.*

Pr 4,26 aproxima-se da primeira parte desse versículo. O sábio ou o mestre exorta o discípulo para que caminhe retamente, em um caminho aplainado e sólido, sem se deixar pender nem para a direita nem para a esquerda. As palavras dos sábios não devem ser somente acolhidas no íntimo do discípulo, mas devem estar sempre em seus lábios (cf. Pr 22,18).

Por ocasião do dom do maná, o Senhor, dirigindo-se a Moisés, queixou-se de que os libertos relutavam em observar os seus preceitos e as suas leis (cf. Ex 16,28). E Moisés, exortando o povo, antes de este entrar na terra prometida, proibiu-o de acrescentar ou retirar algo em relação ao que lhe estava ordenando, mas que deveria observar os preceitos do Senhor (cf. Dt 4,2) e que deveriam ser colocados em prática (cf. Dt 6,1-2).

Esta exortação é persuasiva e insistente (cf. Dt 10,12-13). Obedecer a tudo que o Senhor ordena traz consequências favoráveis (cf. Dt 13,19; 15,5; 28,1.13; 30,9-10), mas pode acarretar, também, consequências desfavoráveis, caso a Torá não fosse obedecida (cf. Dt 28,15.45). Por isso, o rei deveria copiar, para si, um “deuteronômio”, isto é, uma cópia da Torá e pautar, por ela, a sua vida (cf. Dt 17,18-19). Tudo o que Moisés ouviu do Senhor e disse ao povo deveria ser passado de geração em geração. Isto se tornou o seu testamento (cf. Dt 32,46). Nota-se, claramente, que Moisés colocou diante do povo a Torá do Senhor como a graça capaz de ajudá-lo a vencer as suas fraquezas e desventuras.

A fala do orante, neste Salmo, dirige-se ao Senhor e percebe-se, desse ponto em diante, a alternância entre a 1ª pessoa do comum singular e 2ª pessoa do masculino singular. O conteúdo gira em torno do que o orante quer ser e espera receber para honrar o Senhor.

Assim, após fazer dos íntegros de caminho o seu modelo e estímulo, o orante, agora, manifesta ao Senhor a sua súplica. Pede, nada mais e nada menos, o que

de melhor pode desejar do seu Deus, com o intuito de fazer o que Ele ordenou para o seu povo. Neste sentido, a sua súplica já se destaca do que, comumente, as demais súplicas costumam conter. O que seriam caminhos estáveis? Estaria falando de uma existência sem problemas, sem doenças, sem sofrimentos? Não parece ser o caso! “Caminhos”, aqui, não seriam tampouco um simples sinônimo de locais por onde o orante temia passar, mas a expressão de uma escolha: a via que conduz e preserva a vida. Algo próximo, talvez, a Dt 11,26-28 e a Jr 21,8 que tratam desse tema.

Caminhos estáveis são sinônimos de fidelidade e de segurança. Quem por eles caminha não vacila e segue reto na direção e na prática do bem, da justiça e da verdade, isto é, da vontade do Senhor para o seu povo. O orante não disse que os caminhos são estáveis porque se observam os decretos divinos, mas quer trilhar caminhos estáveis para que seja possível observar os decretos do Senhor. O orante pede ao Senhor as condições necessárias para que a sua vontade seja por ele realizada.

v. 6: *Então, não me envergonharei, ao contemplar todos os teus preceitos.*

Se o Senhor atender a súplica, o orante não terá motivos para se envergonhar, isto é, nada terá que o reprove de forma interna, em sua consciência, ou de forma externa, pela crítica dos demais. Na dinâmica da teologia da retribuição, pela qual ao justo cabe a bênção e ao ímpio a maldição (cf. Dt 28), a envergonha seria uma consequência da não prosperidade material, sinalizada pela doença, pela perda dos bens de família e, principalmente, pela redução ao estado de escravidão, fruto de endividamento¹⁶. O orante, então, tem por certo que ele, por seguir a Torá do Senhor, não terá a mesma sorte dos ímpios.

Para o orante, contemplar os preceitos divinos não é sinônimo de uma ascese descomprometida com a vida e com a existência, mas de um conhecimento que empenha a vida no comportamento condizente com a vontade divina. A relação é de causa e efeito: aquele que pratica os preceitos do Senhor não será envergonhado, mas será guardado pelos preceitos que contempla, guarda e põe em prática.

A realidade, porém, não comprova essa relação compreendida de forma meramente mecanicista, isto é, de alguém que serve bem a Deus para ser bem servido por Deus, pois o justo sofre, exatamente, por colocar o Senhor e a sua vontade em primeiro lugar. Abre-se espaço para compreender que, na base deste Salmo, está um orante que se preocupa em não vacilar no seu cotidiano.

16. Gn 47,13-26 ao falar dos egípcios poderia ter em mente os membros do antigo Israel (L.A. FERNANDES, “Por que morreremos na tua presença?”: Uma análise de Gn 47,13-26. In: *Perspectiva Teológica*, 46, 2014, p. 113-133).

v. 7: *Te confessarei na retidão do coração, ao aprender os juízos da tua justiça.*

A terceira ação do orante, em relação ao Senhor, integra palavra e interioridade, ou melhor, a palavra, em sentido de profissão de fé, resulta das duas ações anteriores, observância dos decretos e da contemplação dos preceitos, para que aconteça uma nova ação que aproxima e identifica, ainda mais, o orante do Senhor. Nota-se a preocupação do orante para que, nele, o dizer e o fazer sejam ações integradas e não dicotômicas. A boca fala o que está no coração. Pode-se evocar, aqui, a reclamação do Senhor quanto aos que lhe prestam um culto vazio (cf. Is 29,13)¹⁷.

A retidão do coração não só se aprende na formação familiar ou de um sábio mestre, mas é, principalmente, um fruto da vida unida ao Senhor, que torna retos os seres humanos e seus caminhos. Esta virtude do orante, que dá solidez de vida, tem como principal objetivo aprender a agir como o Senhor que não se deixa corromper no momento de aplicar a justiça e o direito. Não faltam exemplos na tradição oral e escrita dos juízos da justiça divina. A história do antigo Israel está marcada por vários exemplos. O que o orante quer para si converge, enquanto reclama, para a necessidade de que o Senhor não pode favorecer o ímpio, deixando de favorecer o justo.

Outras três vezes, neste mesmo Salmo, se afirma que os juízos do Senhor são justos: motivo para que orante faça ação de graças (cf. Sl 119,62); o orante jura que cumprirá os justos juízos do Senhor (cf. Sl 119,106); o orante afirma que louva o Senhor sete vezes por dia por causa dos seus justos juízos (cf. Sl 119,164). Além desses, Dn 13,9 mostra como o ímpio se desvia dos justos juízos do Senhor.

v. 8: *Teus decretos observo, não me abandones jamais.*

À diferença das falas anteriores, o orante finaliza em sequência inversa: evoca o Senhor por duas vezes pelo uso do sufixo (*teus decretos*) e pelo verbo na 2ª pessoa do masculino singular (*abandones*), e se coloca por duas vezes, pelo verbo (*observo*) e pelo sufixo na 1ª comum singular (*me*). O que o orante propôs como seu desejo, passou a colocar em prática. Ele já se considera no caminho dos íntegros, dos que caminham na Torá do Senhor (v. 1-3). O que viu como modelo nos que guardam os testemunhos do Senhor, assumiu como norma de vida. Assim, observar os decretos é determinar para si a observância da Torá. Como o orante abraçou os decretos do Senhor, sente-se livre para suplicar que não seja abandonado por Ele. Esse pedido não manifesta um interesse privado de sentido, mas está condizente com a fé do orante e com uma mentalidade vigente de que, quem guarda a Torá, será guardado pela Torá.

17. Jesus retomou isso na sua pregação (cf. Mt 15,8; Mc 7,6).

“Não me abandones” é um pedido frequente no Saltério. Surge nos lábios de quem busca abrigar-se no Senhor (cf. Sl 27,9); naquele que vive uma profunda angústia, presumidamente devido a uma doença ou um pecado (cf. Sl 38,22); naquele que se encontra idoso e marcado pelas inúmeras vicissitudes da vida (cf. Sl 71,9.18).

Não seria admissível, para quem se entrega à Torá, ser abandonado pelo Senhor. O servo sofredor aceita o sofrimento e se mantém irrepreensível na fidelidade do Senhor (cf. Is 50,4-11). Este servo experimentou o abandono dos homens e seu sofrimento foi expiatório. Diante das muitas ações injustas, que são executadas às ocultas e, portanto, sem que o ser humano possa fazer justiça, esta súplica final soaria como uma forma de invocar a justiça divina para essas situações, pois nada escapa aos olhos do Senhor¹⁸.

A locução final, formada pela preposição mais o advérbio, ocorre outras três vezes neste Salmo (v. 43.51.107), mas nenhuma delas com o sentido de conclusão, presente neste versículo. O que antes era um desejo, *para observar teus decretos* (v. 5), tornou-se uma realidade, pela qual o orante faz a invocação que lhe assegura a vida e a existência.

Considerações finais

A Torá e os Livros Proféticos se correspondem numa relação histórica, na qual o Senhor manifesta-se, dando a conhecer ao seu povo a sua vontade salvífica. O antigo Israel, apesar de todos os benefícios recebidos, imergiu-se no drama das suas inúmeras infidelidades. Nesta relação, os profetas despontaram como pessoas iluminadas pela Torá e, por ela, foram chamados a iluminar a realidade do seu povo, a fim de que prevalecesse a vida sobre a morte, o bem sobre o mal, a justiça sobre a injustiça, e a verdade sobre a mentira.

O orante é herdeiro dessa tradição, ao abrir a sua oração, declarando quem ele considera “feliz”, propõe uma chave de leitura sapiencial para todas as 22 partes do Salmo 119. Ele não mostra, simplesmente, o que consiste o seu conceito de felicidade, mas, principalmente, reflete sobre a sua natureza e como alcançá-la: a Torá, fonte do seu conhecimento e da sua conduta de vida. É feliz na vida quem se esforça por perceber e colher dos acontecimentos históricos e da Torá as indicações que orientam as escolhas, permitindo caminhar com responsabilidade, isto é, como um fiel maduro na sua comunhão de amor com o Senhor e com o seu semelhante.

É, por isso, que a Torá deve ser meditada durante o dia e durante a noite (cf. v. 55.62.147.164), isto é, durante toda a sua existência, para que haja êxito nos

18. A frase de Jesus na cruz: “Meu Deus, meu Deus, por que me abandonastes?” (Mt 27,46; Mc 15,34), ajuda a perceber a intensidade e o sentido que se encontra por detrás da última fala do orante.

projetos, como foi para os seus antepassados (cf. Js 1,6-8). Nisto consiste a verdadeira felicidade de um fiel que espera no Senhor e na sua justiça! A Torá, tema central e dominante deste Salmo, é cantada por suas excelências e o amor, que a ela se devota, torna o orante um fiel mais forte na sua esperança, porque cada vez mais próximo do Senhor que exerce a justiça.

Este envolvimento do ser humano, dimensão antropológica, com o Senhor, dimensão teológica, pelo conhecimento e prática da Torá, dimensão nomística, permite alcançar uma resposta para três perguntas: Quem é o ser humano? Quem é o Senhor? E como segui-lo com amor e fidelidade?

Se, por um lado, o ser humano deseja ser forte e feliz, mas percebe-se fragilizado por diversas circunstâncias que colocam diante de si a morte; por outro lado, ele, pela fé, pode se dirigir ao Senhor, que ordenou o céu e a terra, dispendo sobre a criação, em particular para o ser criado a sua imagem e semelhança, as suas leis, normas, preceitos, decretos e mandamentos que regem, garantem e dão sentido à vida. A dimensão nomística, então, revela o amor na sua dupla vertente: do Senhor para com o seu povo e do povo para com o Senhor. A aproximação do Senhor ao seu povo e vice-versa é o amor cantado neste Salmo pelo conhecimento, pela adesão e pela prática da Torá.

A aliança é a máxima expressão dessa relação entre o Senhor e o povo que conquistou por herança. Ao dizer: “serei o vosso Deus e vós sereis o meu povo”, o Senhor propunha a aliança de forma indissolúvel¹⁹. Por meio dela, o Senhor se colocava como o único capaz de livrar o seu povo da opressão e de garantir a vida nas circunstâncias desfavoráveis. Esta certeza é o que anima o orante que se refugia na Torá como sinal de uma história de amor. É nela que o orante encontra consolo e as respostas para as suas inquietações: *teus decretos observo*. É o seu programa de vida, pois na Torá, o orante encontra a liberdade, pela qual se sabe próximo do Senhor a quem invoca, certo de que não será abandonado diante das vicissitudes cotidianas.

Bibliografia

ALONSO SCHÖKEL, L. *Dicionário Bíblico Hebraico-Português*. São Paulo: Paulus, 1997.

19. O nome do terceiro filho do profeta Oseias com Gomer, “não é meu povo” ou “não está comigo” (Os 1,9), acentua a possibilidade de as ações do Senhor deixarem de ser favoráveis. Está em jogo não uma declaração de renúncia do Senhor por ter feito do antigo Israel o seu povo, mas a possibilidade do Senhor abandonar o seu povo à deriva das suas próprias ações (cf. J. JEREMIAS, *Osea*. Brescia: Paideia, 2000, p. 36-37). Esta possibilidade fica declarada na terceira parte de Os 1,9: “porque vós não sois o meu povo e eu não existo para vós”, indicando que todo o povo sentirá as consequências das atitudes do seu monarca, das lideranças e da sua própria inércia (H. SIMIAN-YOFRE, H. *Il deserto degli dei. Teologia e storia nel libro di Osea*. Bologna: EDB, 1994, p. 18-21).

ALONSO SCHÖKEL, L. – CARNITI, C. *Salmos II* (Salmos 73-150). São Paulo: Paulus, 1998.

BERGMAN, J. “*derek*”. In: G.J. BOTTERWECK – H. RINGGREN, *Theologisches Wörterbuch zum Alten Testament* (vol. II). Stuttgart: Verlag W. Kohlhammer, 1997, p. 288-294.

BORTOLII, J. *Conhecer e Rezar os Salmos. Comentário popular para nossos dias*. São Paulo: Paulus, 2000, p. 498.

FERNANDES, L.A. – GRENZER, M. *Êxodo 15,22–18,27*. São Paulo: Paulinas, 2011.

FERNANDES, L.A. “Por que morreremos na tua presença?”: Uma análise de Gn 47,13-26. In: *Perspectiva Teológica*, 46 (2014), p. 113-133.

JEREMIAS, J. *Osea*. Brescia: Paideia, 2000.

KOCH, K. “*derek*”. In: G.J. BOTTERWECK – H. RINGGREN, *Theologisches Wörterbuch zum Alten Testament* (vol. II). Stuttgart: Verlag W. Kohlhammer, 1997, p. 294-313.

LORENZIN, T. *I Salmi. Nuova versione, introduzione e commento*. Milano: Paoline, 2001.

RAVASI, G. *Il Libro dei Salmi. Commento e attualizzazioni* (Vol. III: 101–150). Bologna: EDB, 1984.

SIMIAN-YOFRE, H. “*wd*”. In: G.J. BOTTERWECK – H. RINGGREN, *Theologisches Wörterbuch zum Alten Testament* (vol. V). Stuttgart: Verlag W. Kohlhammer, 1989, p. 1107-1129.

SIMIAN-YOFRE, H. *Il deserto degli dei. Teologia e storia nel libro di Osea*. Bologna: EDB, 1994.

WAGNER, S. “*dāraš*”. In: G.J. BOTTERWECK – H. RINGGREN, *Theologisches Wörterbuch zum Alten Testament* (vol. II). Stuttgart: Verlag W. Kohlhammer, 1977, p. 313-352.

WAGNER, S. “*nāšar*”. In: G.J. BOTTERWECK – H. RINGGREN, *Theologisches Wörterbuch zum Alten Testament* (vol. V). Stuttgart: Verlag W. Kohlhammer, 1986, p. 578-587.

WEISER, A. *Os Salmos*. São Paulo: Paulus, 1994.